



AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O AUSTERICÍDIO NEOLIBERAL: A DESCONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E O RETORNO DO ESTADO POLICIAL

Zéu Palmeira Sobrinho¹

RESUMO

O presente artigo tenta evidenciar que o receituário austericida do neoliberalismo, no Brasil atual, vem exterminando o que sobrou do espólio do Estado de bem-estar social e que foi idealizado pelo constituinte de 1988. O texto aborda, ainda, o modo como o neoliberalismo está a desconstruir o conceito de cidadania, promovendo a afirmação do Estado Policial por meio do resgate da necropolítica como prática social de descartabilidade dos excluídos sociais.

Palavras-chave: Austericídio neoliberal. Políticas públicas. Estado policial.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre a influência do neoliberalismo sobre as políticas públicas em dois momentos críticos do Brasil: o primeiro, na década de 1990, com o projeto privatista de Fernando Henrique Cardoso; o segundo, no período da retomada do neoliberalismo a partir do Golpe de 2016, ocasião em que foi afastada do governo a presidente Dilma Rousseff.

¹ Juiz titular da 10ª Vara do Trabalho e do Juízo Auxiliar da Infância e Juventude, no âmbito da Justiça do Trabalho do RN, mestre e doutor em Ciências Sociais pela UFRN, pós-doutor em Sociologia Jurídica (Universidade de Coimbra), professor associado da Faculdade de Direito da UFRN.

Em ambos os períodos citados estão em análise as principais deliberações sobre as políticas públicas, entendidas estas como um conjunto de medidas adotadas pelo poder estatal que interferem no acesso e gozo dos direitos sociais e no que historicamente se convencionou chamar de questão social. A questão social é o modo como o capitalismo atua no contexto do conflito de classe com a finalidade de controlar os trabalhadores.

A questão social, sob o capitalismo, tomou outro tratamento após a pressão dos trabalhadores no ponto de vista do espectro da Revolução Bolchevique. Assim, foi o receio das classes perigosas e a luta histórica contra a forma brutalizante de exploração da força de trabalho pelo capitalismo que surgiram as primeiras ideias e práticas do chamado Estado social. Importante ressaltar que o Estado social passou a ser assimilado pelas forças políticas ideológicas que dão sustentação ao capitalismo.

Dentro da convulsão social em que o mundo estava mergulhado nas primeiras décadas do século passado, observava-se a tentativa de cooptação dos trabalhadores por meio da instrumentalização do Estado capitalista. Os direitos sociais, portanto, surgiram juntamente com um conjunto de políticas públicas, muitas das quais criadas como meras promessas. Isso explica porque o Estado de bem-estar social, apesar do nome, já nasceu socialmente limitado, ou seja, vocacionado a não cumprir o que foi prometido à classe trabalhadora. Assim, utilizou-se uma forma de cooptar os trabalhadores a não abandonarem o capitalismo em troca de experiências socialistas.

É nesse contexto que o Estado de bem-estar social já nasceu sob o signo de um Estado placebo, ou seja, o estado que tem políticas de proteção que nunca se consolidam, que traz para a pauta pública uma preferência pela lógica mercantil, mas também marcadas pela cooptação do estado.

As políticas públicas do estado capitalista, portanto, a partir da década de 1980 foram instituídas como promessas, mas continuam sendo ambigualmente administradas como elementos disfuncionais ao liberalismo do mercado. No século XXI, a força do neoliberalismo aponta para a austeridade e a restrição das políticas públicas e a privatização da repressão, seja pelo protagonismo do poder de polícia na segurança privada, seja pela privatização da gestão das penitenciárias, seja pelo surgimento emergente do papel das milícias no controle da punição (ANITUA, 2015).

2 O NEOLIBERALISMO E O CONSENSO DE WASHINGTON: AS POLÍTICAS PÚBLICAS RESTRICIONISTAS NO BRASIL

Embora possa se identificar resquícios de um ideário neoliberal na primeira metade do século XX, o neoliberalismo como um complexo de decisões políticas para a viabilização do Estado neoliberal ou Estado mínimo é uma prática socioeconômica da segunda metade do século XX. Em realidade, o neoliberalismo ganhou reputação sob a égide do Consenso de Washington, conjunto de práticas que serviram para se construir a sua identidade a partir das seguintes diretrizes: a redução do déficit fiscal; a promoção de privatização; a desregulamentação de direitos; a flexibilização das relações de trabalho; a liberalização da economia; e a mercantilização dos bens sociais.

Segundo David Ibarra, o neoliberalismo tem sido um fiasco global, haja vista a desproporcionalidade entre as medidas adotadas em seu nome e os resultados obtidos. A rigor, sob o neoliberalismo, a taxa de crescimento per capita mundial, no lapso temporal de 1975 a 2003, foi de menos da metade dos resultados apresentados em relação ao período de 1950-1975 (IBARRA, 2011). Para Rubens Casara, sob o neoliberalismo, o que parece crise é na realidade uma onda permanente de interdição da democracia, que se opera ora se invocando as regras legais excepcionais, ora se expandindo os limites interpretativos dos valores democráticos a ponto de desfigurá-los (CASARA, 2017).

Na prática, o neoliberalismo se tornou uma práxis de insensibilidade social, uma política de acumulação capitalista a um altíssimo custo de pobreza, miséria social, elevação do desemprego e de extermínio dos indesejáveis. Não por acaso, na primeira década do século XXI, as populações rejeitaram nas urnas as propostas neoliberais. Tal rejeição não foi suficiente para se debelar do mapa político a presença do Estado neoliberal. Acertadamente Perry Anderson reconhece que o neoliberalismo fracassou, ao criar sociedades profundamente desiguais, mas nem esse retumbante fracasso retirou do neoliberalismo a característica de ser um projeto inacabado à procura de uma nova aventura (ANDERSON, 1995).

Tais decisões foram construídas inicialmente sob o espectro da crise do petróleo e da reestruturação produtiva, objetivando a inovação na forma de apropriação do capital pela redução do déficit fiscal, desregulamentação de direitos sociais, mercantilização dos bens sociais e privatização (HARVEY, 2014). As experiências vividas pelo ocidente com o neoliberalismo foram traumáticas, posto que ambigualmente a sua austeridade conseguiu um controle relativo sobre a despesa pública, mas ao mesmo tempo frustrou a economia nacional na medida em que o mercado não cumpriu a sua promessa de equilibrar as relações sociais. Por

outro lado, sob o neoliberalismo, o Estado perdeu a sua capacidade de indutor do desenvolvimento econômico e praticamente viu esfacelar-se o seu protagonismo exercido no combate à desigualdade social.

Após a Nova República, medidas neoliberais foram colocadas em prática em maior recorrência sob a égide do período de Fernando Henrique Cardoso. Privatizações, contingenciamento de políticas públicas, desregulamentação, flexibilização de direitos, medidas de contenção da inflação e a redução do tamanho do Estado na economia foram empreendidas, mas não impediram que o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido de Fernando Henrique Cardoso, sucumbisse nas urnas diante do candidato do Partido dos Trabalhadores.

Na primeira década do século XXI, o neoliberalismo no Brasil conseguiu emplacar o seu receituário de forma mais enfática, mas o seu desempenho foi parcialmente bloqueado pela tentativa precária de afirmação do Estado Social desenhado pela Constituição Federal de 1988. Isso coincide com a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores. Com esse partido no poder, as políticas públicas neoliberais não foram completamente abolidas e o mercado financeiro não deixou de obter lucros estratosféricos.

Sob o governo Lula (2003-2006 e 2007-2010) houve uma revalorização do Estado como indutor do desenvolvimento e como mobilizador de iniciativas e programas de redução da pobreza. Isso se deu principalmente com os inúmeros empregos gerados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com políticas de valorização do salário mínimo, políticas públicas de transferência de renda, a exemplo do bolsa família, políticas de inserção de jovens na educação superior, políticas de acesso à moradia popular, medicamentos e políticas de massificação da educação. No campo da educação, por exemplo, se comparados os investimentos nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso em relação aos dois mandatos de Lula, naquele as matrículas chegaram a um milhão e setecentos mil, em 1995, ao passo que no governo do petista as matrículas atingiram seis milhões e trezentos mil em 2010 (AGUIAR, 2016).

3 O GOLPE DE 2016 E A RETOMADA DA HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL: O OPORTUNISMO DA VIA AUTORITÁRIA E A RUPTURA DEMOCRÁTICA

O Governo Fernando Henrique Cardoso implantou um plano econômico que conseguiu debelar o processo inflacionário, mas a um enorme custo social, ou seja, as medidas econômicas trouxeram como efeitos colaterais o aumento da concentração de renda, o baixo crescimento econômico, a redução do poder aquisitivo dos trabalhadores e o aumento da miséria e da pobreza. Sob o comando desse ex-presidente, o Brasil viu florescer uma onda de repulsa da sociedade às medidas neoliberais. Não por acaso, nas eleições presidenciais de 2006, o candidato de Fernando Henrique Cardoso contra Lula era o paulista Geraldo Alckmin, que chegou a fazer a campanha eleitoral vestindo a farda da empresa de Correios e anunciando que jamais privatizaria a citada corporação, embora o fato do seu partido defender historicamente a privatização ampla das empresas estatais.

No Brasil, o mercado estigmatizou os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) como populistas, perdulários e corruptos. Ao mercado incomodou o fato de que tais governos insistiram na manutenção de políticas públicas focalizadas, de modo a permitirem precariamente o acesso dos pobres ao orçamento público, ainda que esse fenômeno tenha ocorrido com ambiguidades e em pequeníssima escala.

Ambiguidades dos governos de petistas à parte, se considerados os governos anteriores, o governo do Partido dos Trabalhadores deu um tratamento diferenciado nas relações de classe no tocante à política pública. Sob Lula, a elite é chamada a se reinventar e a aparentemente demonstrar que se descolou de uma velha elite. Essa *nova elite*, embora desconfiada e nunca confiável, sentiu-se *cooptada* por Lula quando este lançou em 2002 a *Carta ao povo brasileiro*, sob o lema de que a *esperança venceu o medo*. É nessa linha discursiva que Lula objetivou aproximar e selar um pacto entre dois *Brasil pacificados, desenvolvidos e com justiça social*. A *nova elite* foi, portanto, chamada por Lula a assumir um papel colaboracionista em troca da permanência da sua hegemonia.

Não demorou até que essa *nova elite* demonstrasse que não era outra senão a de sempre. Não demorou para essa informar quem efetivamente manda e manipula o processo democrático. Ela mostrou que como detentora do dinheiro e do poder não havia perdido a sua capacidade de adestrar, atizar e insuflar os representantes da classe média como seus leões de chácara, estimulando entre estes, além do ódio de classes, a defesa da ideia-força de que a corrupção é algo que está no Estado, e não no mercado. A elite brasileira foi um mero

instrumento para situar o mercado em estado de invisibilidade e, aproveitando-se do oportunismo das metamorfoses globais geopolíticas, blindou qualquer iniciativa que não fosse seletivamente direcionada para promover o caos e atacar o Estado social como o alvo inimigo.

É nesse contexto que se desenrolou uma espécie de guerra indireta ou híbrida que envolveu a população, a mídia, as forças armadas e quadros burocráticos do Parlamento e do Judiciário, tudo sob a liderança silenciosa dos representantes do mercado financeiro enquanto agentes da política estratégica estadunidense (KORYBKO, 2018). Tamanha violência à democracia não resultou apenas no Golpe de 2016, mas no início da desconstrução do que restou de espólio do Estado de bem-estar social no Brasil

Etiquetar ou rotular um governo de corrupto não representava combater ilicitudes, mas significava criar uma narrativa para *justificar* uma ruptura democrática. Assim ocorreu com a elite derrotada nas eleições de 2014, na qual o candidato derrotado Aécio Neves foi um dos protagonistas da irresignação da elite brasileira. Na versão de Neves era chegado o momento de dar um basta ao modo como o Estado manipulava clientelisticamente as políticas públicas contra o mercado.

O processo de manipulação política que culminou na derrubada da presidente Dilma, e da guerra jurídica (*Lawfare*) que resultou na prisão e condenação do ex-presidente Lula, não teriam obtido êxito se não houvesse o envolvimento do mercado financeiro, a defender os interesses geopolíticos dos Estados Unidos da América (EUA), e da mídia hegemônica capitaneada pela Rede Globo. No dizer de Sousa (2017), a fração profascista da classe média, assumindo a condição de tropa de choque dos interesses da elite econômica, encontrou eco na chamada Operação Lava Jato. A classe média e a Lava Jato, ovacionadas pelas hegemônicas redes midiáticas, ao criarem uma cortina consubstanciada de acusações seletivas e de discursos moralistas conseguiram, ainda que com disfarces precários, vingar-se de forma odiosa contra a ascensão e a mobilidade social que a ralé brasileira tinha obtido por meio das precárias políticas públicas engendradas pelos governos Lula e Dilma.

4 OS SUJEITOS DE DIREITOS COMO PRIVILEGIADOS E DETENTORES DE ABUSOS ADQUIRIDOS: O POPULISMO PENAL E O RETORNO DA QUESTÃO SOCIAL COMO QUESTÃO DE POLÍCIA

No modo de produção capitalista, as crises não são fenômenos que eclodem pelo acaso. Com efeito, as crises são da essência do desenvolvimento capitalista e não há a reprodução

deste sem o conflito de classes que chancela e naturaliza a relação entre perdedores e ganhadores. Crises de superprodução ou crises de liquidez são cíclicas ao capitalismo e são expressões dos circuitos que ora transformam a mercadoria em dinheiro e o dinheiro em mercadoria. É no contexto dessas crises de desaceleração da expansão material que as leis de movimento capitalista evidenciam a queda tendencial da taxa de lucros com impacto direto sobre os tributos que financiam as políticas públicas. A crise de lucratividade coincide com um quadro em que estão presentes a compressão salarial, a precarização do trabalho, a desestruturação dos capitais mais fracos, o desemprego, o aumento do exército de reserva, a elevação do subconsumo e o aumento do pauperismo. A contradição consiste no fato de que sem expansão material o capitalismo não garante a reprodução do trabalhador explorado e, em consequência, a sua própria reprodução. Nesse sentido explicita Marx:

Com o próprio funcionamento, o processo capitalista de produção reproduz, portanto, a separação entre a força de trabalho e as condições de trabalho, perpetuando, assim, as condições de exploração do trabalhador. Compele sempre o trabalhador vender sua força de trabalho para viver, e capacitar sempre o capitalista a comprá-la para enriquecer-se. Não é mais o acaso que leva o trabalhador e o capitalista a se encontrarem no mercado, como vendedor e comprador. [...] Na realidade o trabalhador pertence ao capital antes de vender-se ao capitalista. Sua servidão econômica se concretiza e se dissimula, ao mesmo tempo, pela venda periódica de si mesmo [...] A produção capitalista, encarada em seu conjunto, ou como processo de reprodução, produz não só mercadoria, não só mais-valia; produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista e do outro, o assalariado (MARX, 1994, p. 672-673).

Conforme a descrição de Marx em relação às leis do movimento do modo produção vigente, se o capitalismo reproduz a relação capitalista, as políticas públicas desse tipo de Estado não reproduzem outra coisa senão as coerções estruturais da exploração que põem o trabalhador num contexto de servidão. Para dinamizar o processo de apropriação da mais valia o capitalismo cria, recria, mascara ou destrói novas e velhas formas de manutenção da relação de exploração.

Após a guerra fria e a primeira fase de insucesso do neoliberalismo, nas duas últimas décadas do Século XX, a inovação das formas jurídicas na relação capitalista principia com o processo histórico de obsolescência do conceito burguês de cidadania. Se, sob o capitalismo do estado de bem-estar (*welfare state*), ser cidadão significou a condição de um indivíduo ser destinatário de direitos, sob o neoliberalismo o conceito de cidadania tende a se tornar num

discurso revivalista e fossilizado. É nesse contexto de saudosismo de corte liberal, cultivado ainda sob os escombros desse tipo de estado, que os atuais trabalhadores empunham bandeiras de lutas que outrora foram criticadas e rechaçadas pelas chamadas classes perigosas.

O processo de obsoletização do conceito de cidadania é uma constante sob o capitalismo e não se confunde com o conceito de cidadania dos gregos. Para os gregos atenienses cidadão era quem tinha o poder de deliberar, poder que não era reconhecido aos escravos, as mulheres e aos estrangeiros. A cidadania contemporânea foi apresentada como um modo jurídico universal do homem como detentor de direitos ou, no dizer de Schwarcz e Botelho (2012), consumidor de direitos.

A despeito da luta histórica dos homens em busca da emancipação, sob o domínio da burguesia a cidadania foi prometida como espécie de melhoria (*upgrade*) para garantir a legitimidade do modo de produção vigente. Com efeito, a mistificação da cidadania sob o Estado capitalista apresentou-se por meio de uma regulação abstrata e universal, estruturada segundo a ideologia liberal, para considerar o cidadão como o destinatário de todos os direitos, em condição de igualdade, fraternidade e liberdade.

A burguesia sabia que as promessas distributivistas de cidadania, estampadas sob a égide dos direitos abstratos e universais, seriam desmascaradas e instigariam mais e mais o conflito de classes. Não por acaso, a classe trabalhadora – ainda que de forma não sincrônica – empreendeu lutas históricas e tentou retirar implicações democráticas dos direitos abstratos e universais.

Para estancar o avanço da classe trabalhadora e as possíveis implicações da efetivação de direitos sociais, a partir do século XX frações do capital financeiro manipularam e intensificaram o cultivo de ideologias conservadoras para esvaziar de conteúdo o precário conceito de cidadania. Sob o neoliberalismo o ataque à cidadania veio com a desregulamentação de direitos, a privatização, a precarização dos direitos sociais e o discurso da desordem do Estado dirigista. Os neoliberais, assumindo a defesa do rentismo, passaram a tecer a crítica do Estado de direito como Estado da desordem, das regalias, do jeitinho e das vantagens indevidas. Construiu-se assim uma narrativa moralista que, além de proclamar a obsolescência do Estado de direito, dividiu o país em duas classes de pessoas: os corruptos, cheios de regalias, e os neoliberais, autoproclamados guardiães da ordem.

Essa política maniqueísta que divide o mundo entre os *homens de bem* e os inimigos, segundo Janson Stanley (2018), é marcada pelo medo, pela chantagem e pela violência:

Quando classificações e divisões sociais se solidificam, o medo substitui a compreensão entre os grupos. Qualquer processo para um grupo minoritário estimula sentimentos de vitimização na população dominante. Política de apelo e da ordem tem apelo de massa, lançando nós como cidadãos legítimos e eles, em contraste, como criminosos sem lei, cujo comportamento representa uma ameaça existencial à masculinidade da nação.

A estigmatização empreendida pelos neoliberais não poupa os trabalhadores, sejam estes do setor privado, do setor público, do setor urbano, sejam os rurais ou os domésticos. Com efeito, os empregados domésticos no Brasil foram acusados de espertalhões em busca de regalias. Não por acaso, durante a campanha eleitoral, o atual presidente da República, além de dizer que daquela data em diante os trabalhadores deveriam preferir os empregos aos direitos, orgulhava-se de dizer que foi o único parlamentar a votar contra os direitos dos domésticos nos dois turnos de votação na Câmara dos Deputados.

Sob o pretexto de banir a desordem e os privilégios, os neoliberais no Brasil aglutinaram bandeiras autoritárias de luta que contemplavam dentre outros os interesses de banqueiros, militares, de mercenários da mídia e de uma elite raivosa que não escondeu seu ódio de classe e seu caráter misógino, patriarcalista, xenofóbico e colonialista. É dessa elite que se levantam, por exemplo, evangélicos e carismáticos a reivindicarem um Estado teológico capaz de concomitantemente empurrar sua pauta de costumes na goela do povo e coagir o Estado a realizar reformas para suprimir ou limitar direitos.

Os conservadores neoliberais, ao se autoproclamaram soldados contra a corrupção, contra os privilégios e os privilegiados, passaram a estigmatizar os detentores de direitos sociais como portadores de abusos adquiridos e até como supostos criminosos. É no âmbito dessa estocada contra os trabalhadores que eclode a narrativa dos cortes de direitos. Essa afirmação pode ser ilustrada com os seguintes fatos: Em 2016 se promulga a Emenda Constitucional 95 que congela por 10 anos os gastos com bens primários; em 2017 é aprovada a reforma trabalhista com a supressão de vários direitos dos trabalhadores; em 2018, de cada 10 (dez) benefícios revisados pelos peritos, 8 (oito) foram cortados; ainda em 2018, mais da metade dos benefícios assistenciais do programa de Benefícios de Prestação Continuada (BPC) só foram outorgados após judicialização; em 2019, por meio da Medida Provisória 871, o governo edita norma criando programas permanentes de revisões e cortes de benefícios sociais; ainda em 2019, o Governo Federal apresenta uma proposta de reforma da previdência que, se aprovada, implodirá a política pública de seguridade social do país.

Sob o fundamentalismo neoliberal os detentores de direitos passaram a ser agredidos, violentados, inferiorizados, ridicularizados, humilhados e insultados como aproveitadores, trapaceiros, trambiqueiros, escamoteadores, ludibriadores e parasitas, por exemplos. É sob esse clima de ataque aos direitos dos trabalhadores que várias políticas públicas focalistas, de nítida índole liberal, foram destruídas. Detentores de direitos passam a ser privilegiados a serem combatidos e destruídos por serem considerados supostos inimigos ou meliantes. E na qualidade de criminoso, esses supostos inimigos devem ser tratados pelo Estado Policial e pelo seu populismo penal.

O populismo penal é uma prática política de afirmação do poder de vingança da classe dominante que, sob o argumento de ordenação do social, reproduz as desigualdades sociais como condição de manutenção de poder, seja da elite econômica que controla o processo de acumulação capitalista, seja da elite burocrática estatal que é empregada para alimentar essa estrutura. No frígido dos ovos o populismo penal é uma política inspirada num direito penal repressivo, num moralismo recluso centrista, num punitivismo marcado pelo instinto da autoridade arbitrária, encarceradora e utilitarista, do tipo que adota uma prática, judicial ou policiaesca, que suporta a tese de que os fins justificam os meios.

As medidas engendradas pelo populismo penal, como não são suficientes para a superação dos problemas sociais, atingem os pobres como adversários, pois são os pobres, os moradores da periferia, os negros, as mulheres das classes baixas, enfim, os menos aptos a uma defesa processual de blindagem contra as arbitrariedades, o escárnio e o achincalhe público, a indiscrição e o sarcasmo da autoridade e, enfim, contra a violência cometida pelo Estado e pela mídia que o chancela. Isso faz que aqueles que são mais vulneráveis diante do ataque do Estado se tornem mais frágeis ainda. Desse modo, o populismo penal, além de mascarar, ele também reproduz as desigualdades e a injustiça.

Enfim, é nesse processo em que o modo de produção vigente contribui para desconstruir o conceito de cidadania que a velha questão social, a exemplo do que ocorreu no século XIX, volta a ser uma questão de polícia, e não uma questão de acesso a direitos.

5 A VORACIDADE DO NEOLIBERALISMO SOB A ÉGIDE DO AUSTERICÍDIO

Nunca na história um governo foi tão premido pela estratégia política de demonstrar que o Estado deve diminuir de tamanho, mas sobretudo deve mergulhar numa austeridade capaz de não apenas cortar suas próprias gorduras, mas cortar no osso daqueles que de algum modo

dependem da assistência pública e dos investimentos estatais. A esse fenômeno se denomina de austericídio, que é a conduta gerencialista dolosa que consiste em restringir, suprimir ou contingenciar recursos e investimentos, com tanta voracidade e severidade, a ponto de gerar efeitos colaterais, sobre a economia pública e sobre as pessoas atingidas, que vão desde a instauração do caos, à reprodução da miséria e o rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho por meio de precarização do trabalho e a utilização do hiper-encarceramento como produtor de proletários (MELOSSI; PAVARINI, 2017).

Em menos de um semestre do governo Bolsonaro, já foram bloqueados integralmente o orçamento referente a execução de 140 (cento e quarenta) projetos de políticas públicas, conforme estudo da Associação Contas Abertas, a pedido do jornal Estado de São Paulo (RODRIGUES; BRONZATI, 2019). O contingenciamento, mais do que uma expressão da austeridade da equipe econômica em matéria de investimentos sociais, evidencia a insensibilidade e o desprezo em relação às implicações sobre o público atingido. Os efeitos colaterais do austericídio afetam de forma mais impactante as populações em estado de vulnerabilidade, mas afeta também a manutenção dos empregos e a continuidade dos serviços públicos.

O austericídio do governo Bolsonaro é uma violência aos princípios constitucionais da moralidade, da eficiência e da continuidade dos serviços públicos. Com efeito, a dose de contingenciamento foi tão desproporcional que a economia do país entrou na Unidade de Tratamento Intenso (UTI). O país paralisou construções e manutenções importantíssimas e que de uma forma ou de outra já trouxe um prejuízo descomunal, pois a quebra de continuidade dos serviços gerou por si uma descontinuidade e uma obsolescência das obras. Estas doravante dificilmente serão retomadas sem antes se proceder a reparações decorrentes da interrupção e que elevarão sensivelmente o custo final de tais empreendimentos.

Para se ter uma ideia de como o corte de políticas públicas impactou a vida nacional, basta que se utilize o acesso aos dados que a Secretaria de Orçamento Federal disponibiliza em relação aos serviços suprimidos ou interrompidos, a saber:

- Obras de contenção ou amortecimento de cheias e inundações;
- Ligações intradomiciliares de esgotos sanitários e módulos sanitários domiciliares;
- Serviços de apoio a medidas de moderação de tráfego;
- Obras de manutenção e de construção de rodovias, ferrovias, hospitais;
- Revitalização das bacias hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba;
- Serviços de assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar;

- Serviços de assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária;
- Programas de fomento à inovação e às tecnologias inovadoras;
- Implantação do Centro Espacial de Alcântara;
- Construção do parque tecnológico do Inmetro;
- Programas de prevenção do uso de drogas.

Outras medidas tendem a impactar as políticas públicas, eis que foram adotadas sem qualquer debate com a sociedade, dentre as quais se destacam:

- Flexibilização e ampliação das hipóteses de aquisição, posse e porte de armas;
- O fim da mesa nacional de negociação do Sistema Único de Saúde;
- Desarticulação e extinção anunciada do Programa Mais Médicos;
- Extinção do Ministério do Trabalho;
- Afrouxamento das regras de trânsito para beneficiar infratores e prejudicar a política de contenção da violência no trânsito;
- Extinção de centenas de conselhos de participação social, inclusive o Conselho Nacional da Pessoa Idosa e o Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência;
- A volta dos manicômios, inclusive com a possibilidade de internação compulsória e a adoção do tratamento com eletrochoque;
- Institui grupos de estudos para viabilizar a redução de impostos sobre cigarros;
- Revisão, inclusive para fins de extinção, de todas as Unidades de Conservação ecológica do país, incluindo a possibilidade de extinção do Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1934;
- Liberação da exploração de petróleo no Arquipélago de Abrolhos, que é hoje reconhecido como a reserva do maior banco de corais do Oceano Atlântico e da maior biodiversidade marinha, inclusive sendo o maior berçário das baleias-jubarte;
- Liberação de 197 agrotóxicos, inclusive alguns com glifosato que é reconhecidamente cancerígeno e que é banido nos Estados Unidos da América e Europa, tornando o Brasil o maior mercado mundial de agrotóxico e um dos raros locais onde se comercializam ainda herbicidas extremamente nocivos à natureza, tais como o Paraquat e Atrazina e o inseticida Acefato;
- Fim da política de valorização do salário mínimo, na medida em que não prevê qualquer forma de recomposição do seu poder aquisitivo;
- Aparentamento e corte de recursos para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de modo a inviabilizar a reforma agrária;

- Restrição do acesso ao auxílio-reclusão, com a instituição de carência de 24 meses e de outorga somente ao dependente do preso recluso, excluindo os dependentes dos presos em regime semiaberto;
- Instituição de programas permanentes para revisão e cortes de benefícios com a instituição de bônus para os peritos e analistas previdenciários, resultando de tal medida numa elevada supressão de benefícios.

As medidas de contingenciamento de recursos foram adotadas sem qualquer concessão aos setores mais críticos. Nem os quase 60 milhões referentes às políticas de promoção do emprego escaparam do corte de verbas, apesar de o país amargar 13 milhões de desempregados. Ademais, toda a propaganda para a destruição urgente dos direitos é disseminada por meio de um discurso que dissemina as denominadas notícias falsas (*fake news*), outro modismo comunicacional para se batizar as mentiras. As mentiras principiam pela versão de que as gestões petistas anteriores instituíram o caos e que por isso o país quebrou. Além de inverdades, o governo neoliberal explora e chantageia apocalipticamente a ignorância da população, colocando-a sob o estado permanente de medo e pânico.

A Emenda Constitucional 95, aprovada sob o comando do governo Temer, congelou por vinte exercícios financeiros os gastos com bens primários, dentre os quais se inclui os investimentos da educação. Aprofundando o fosso, o governo Bolsonaro corta 30% nos investimentos das universidades federais (MARIZ, 2019). Promove ainda o corte de quase 1 bilhão de reais da educação básica, afetando o acesso a itens básicos, tais como transporte de estudantes, merenda escolar, capacitação de docentes e manutenção de escolas e creches. Não por acaso, a reação da população gerou no Brasil a maior manifestação de rua voltada exclusivamente para a defesa da educação em 15 de maio de 2019.

6 O NEOLIBERALISMO COMO EXPRESSÃO E RESGATE DA NECROPOLÍTICA

Os adeptos do neoliberalismo ora praticam uma violência discreta ao adotarem a percepção de que os excluídos têm o destino que merecem, ora deixam escapar a sua intolerância por meio de reformas draconianas que amplificam as possibilidades de morte dos indesejáveis. Assim, algumas vezes com sofisticados discursos do empreendedorismo, eles recusam qualquer forma de misericórdia ou solidariedade e tendem a adotar uma política que sinaliza para três caminhos trágicos: primeiro, o do total descompromisso do Estado em relação ao combate à desigualdade; segundo, a adoção da percepção de que a morte é um caminho

natural para os excluídos; e terceiro, a exigência de uma tolerância hiper-resiliente por parte dos pobres, como se a ausência de indignação fosse ao mesmo tempo uma qualidade e a hipertolerância fosse uma condição de sua existência.

No raciocínio de Valverde (2019), sob o neoliberalismo abandona-se o lema de *matar os pobres* e abraça-se o lema de *deixá-los morrer*. Por isso mesmo, um conceito central para a ultradireita neoliberal é o de necropolítica, cujo vocábulo origina-se do grego *necro*, que quer dizer morte. Assim, a necropolítica consiste na prática social de descartabilidade daqueles que estão excluídos da reprodução do capitalismo por serem considerados estranhos, diferentes, doentes, miseráveis, refugiados, sem renda, sem trabalho, sem previdência social, sem assistência social, sem-teto, incapacitados, enfim, por serem estigmatizados como parasitas ou imprestáveis para gerar lucros.

O neoliberalismo manifesta o seu caráter neofascista ao resgatar da necropolítica hitleriana uma forma pragmática e sofisticada de mascarar a autorização da eutanásia. O programa de eutanásia de Hitler autorizava *a eliminação da vida indigna de ser vivida*, uma espécie de reconhecimento da legitimidade do Estado para autorizar e executar os indesejáveis. Esse fenômeno, no dizer de Giorgio Agambem, é a nova vocação biopolítica do poder soberano de decidir sobre a vida nua ou sobre a descartabilidade daquilo que vem a ser qualificado como *vida sem valor*:

A nova categoria jurídica de *vida sem valor* (ou *indigna de ser vivida*) corresponde ponto por ponto, ainda que em uma direção pelo menos aparentemente diversa, à vida nua do *homo sacer* [...] É como se toda valorização e *politização* da vida (como está implícita, no fundo, na soberania do indivíduo sobre a sua própria existência), implicar-se necessariamente numa nova decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante, é então somente *vida sacra* e, como tal, pode ser impunemente eliminada (AGAMBEM, 2007, p. 146).

Não é coincidência que Estados autoritários, mesmo que governados sob o invólucro do sufrágio universal, a exemplo do Brasil, venham a apresentar como alternativa ao problema social uma política de armamento da população ou o pacote *anticrime* do Ministro Sérgio Moro que aposta ora no hiper-encarceramento, ora na ampliação das excludentes de ilicitude para os policiais, o que tende a impulsionar a escalada de matança indiscriminada dos indesejáveis.

É no contexto da necropolítica que o Estado põe em ação a máquina policial que comete assassinatos, mas sobretudo põe em prática as políticas de austeridade, que excluem os *imprestáveis* do acesso aos bens sociais básicos e os condena à fome, ao desprezo, aos maus

tratos ou às listas de espera por cirurgias, tratamentos médicos e medicamentos, por exemplos (VALVERDE, 2019).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações elencadas sobre a temática das políticas públicas e o austericídio neoliberal, resta uma primeira conclusão óbvia que consiste no modo como esse neoliberalismo vem implodindo o conceito de cidadania que o constituinte de 1988 tentou historicamente resgatar, sob o pálio das pressões pela redemocratização do país na década de 1980. Porém, não menos importantes, são as percepções conclusivas em relação ao ataque que o neoliberalismo empreendeu nas últimas décadas contra os direitos sociais, as quais podem ser arroladas e sintetizadas da seguinte forma:

- a) O histórico do neoliberalismo tem coincidido com a imposição de políticas de austeridade que, além de ter como alvo a derrubada do espólio da política pública que resta do Estado Social, vem reproduzindo em escalas crescentes a miséria social, a violência do capital instrumentalizada pelo Estado Policial e, por fim, a descartabilidade daqueles que são os detentores da chamada *vida sem valor*;
- b) A destruição do marco normativo das políticas públicas do Estado social começou a ser articulado, no plano nacional, a partir da guerra jurídica (*Lawfare*) que resultou na destituição da presidente Dilma Roussef e na prisão política de Luis Inácio Lula da Silva, maior líder de esquerda brasileira que foi retirado abruptamente da condição de candidato a presidente da república para não atrapalhar a eleição de Jair Bolsonaro;
- c) As estratégias de dominação entre as classes modificaram-se com o estágio de desenvolvimento capitalista e hoje pressionam os trabalhadores seja por meio da precarização e do aumento do exército de reserva, seja por meio de novas formas jurídicas de exploração que, com a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, tentam ocultar ou mascarar a relação de assalariamento;
- d) O neoliberalismo no Brasil, em sua segunda fase, é mais violento por guiar-se segundo a perspectiva da necropolítica e da interdição do Estado democrático. A necropolítica representa a prática social de descartabilidade daqueles que estão excluídos da reprodução do capitalismo por serem considerados indesejáveis ou imprestáveis para gerar lucros;
- e) Sob a necropolítica, a maior ilusão dos incluídos é se acharem em permanente estado de salvação e não perceberem que são ao mesmo tempo chantageados e estimulados a

reproduzir a sua antipatia e desconfiança em relação aos excluídos. Todavia, a prática neoliberal adverte constantemente que, segundo as regras do jogo estabelecidas pelo mercado, nenhum incluído está suficientemente protegido que não possa vir a se tornar num excluído;

- f) A forma mais eficaz de enfrentamento do neoliberalismo ainda é a reinvenção da luta política pela emancipação capaz de unir local e globalmente os trabalhadores e a sociedade, seja nos espaços das ruas ou nos espaços de trabalho, pela construção de uma alternativa ao capitalismo, haja vista a impossibilidade histórica de compatibilizar uma política social democrática e a reprodução do modo de produção vigente.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. **Homo sacer: O poder soberano e a vida nua I**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 57, p. 113-126, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100113&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 maio 2019.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

CASARA, Rubens R. R. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2014.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 238-248, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 maio 2019.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARIZ, Renata. Cortes no MEC afetam educação básica, anunciada como prioridade por Bolsonaro. **O Globo**, São Paulo, 06 maio 2019, Caderno de Sociedade, p. 1.

MARX, Karl. **O capital**. 14 ed. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1994.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

RODRIGUES, Lorena; BRONZATI, Aline. Bloqueio de verba foi superior a 40% em 300 projetos. **Estado de São Paulo** (jornal diário), São Paulo, 19 maio 2019, Caderno de Economia, p. B3.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, Andre. **Cidadania, um projeto em construção**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SOUSA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava jato. São Paulo: Leya, 2017.

STANLEY, Janson. **Como funciona o fascismo**: A política do “nós” e “eles”. L&PM Pocket, 2018.

VALVERDE, Clara. **De la necropolítica neoliberal a la empatía radical**: violencia discreta, cuerpos excluidos y repolitización. Barcelona: Icaria, 2019.

PUBLIC POLICIES AND THE NEOLIBERAL AUSTERITY: THE DECONSTRUCTION OF CITIZENSHIP AND THE RETURN OF THE POLICE STATE

ABSTRACT

The presente article aims to evidence that the austericide prescription of neoliberalism, in Brazil, exterminates what was left of the welfare state idealized by the 1988 constituent. The article addresses yet the way neoliberalism is deconstructing the concept of citizenship, thus promoting the Police State through the rescue of necropolitics as a social practice of descartability of socially excluded.

Keywords: Neoliberal austericide. Public policies. Police state.